

## A Oficina como espaço educativo e possibilitador de uma educação para as relações étnico-raciais na formação docente: um relato de experiência

The workshop as an educational space and enabler of education for ethnic-racial relations in teacher training: an experience report

El taller como espacio educativo y facilitador de una educación para las relaciones étnico-raciales en la formación docente: un relato de experiencia

Joelson Alves Onofre<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto em tela discute acerca da Oficina como ferramenta didática e possibilitadora de uma educação para as relações étnico-raciais no campo da formação docente. Nosso estudo se caracteriza como um relato de experiência, cuja intenção é discorrer sobre o desenvolvimento da Oficina ministrada no âmbito da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino públicos e privados. Decorridos 21 anos desse importante marco legal, nossas reflexões pretendem evidenciar as potencialidades desta atividade como espaço educativo e fomentador de aprendizagens, de troca de saberes e também de transgressão epistemológica. Intitulada “*Prática pedagógica: o preconceito silenciado*”, a Oficina foi resultado de uma proposta prática do componente curricular Seminários Temáticos (STs) de um curso de Especialização em Educação e Relações étnico-raciais de uma Universidade baiana. Os resultados da aplicabilidade da Oficina demonstram a necessidade de pautar a discussão no âmbito da formação de professores, assim como a urgência em tensionar o debate na perspectiva de uma efetiva educação antirracista no contexto educacional.

**Palavras-chave:** Formação docente. Oficina pedagógica. Relações étnico-raciais.

**Abstract:** This text discusses the Workshop as a didactic tool and enabler of education for ethnic-racial relations in the field of teacher training. Our study is characterized as an experience report, aimed at discussing the development of the Workshop conducted within the scope of Law 10.639/03, which makes the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture mandatory in public and private educational institutions. After 21 years of this important legal milestone, our reflections aim to highlight the potential of this activity as an educational space and promoter of learning, knowledge exchange, and also epistemological transgression. Entitled “*Pedagogical Practice: The Silenced Prejudice*,” the Workshop was the result of a practical proposal from the curriculum component Thematic Seminars (TSs) of a Specialization course in Education and Ethnic-Racial Relations at a university in Bahia. The results of the Workshop’s applicability demonstrate the need to address this discussion in teacher training, as well as the urgency of fostering the debate from the perspective of an effective anti-racist education in the educational context.

**Keywords:** Teacher training. Pedagogical workshop. Ethnic-racial relations.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Educação (UFBA). Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/DCIE). Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico Raciais e Alteridade (UFOP/CNPq) e Grupo de Pesquisa Baobá: Grupo de Estudos em Ancestralidade e Pensamento De(s)colonial (IFBA). E-mail: [jaonofrecp@yahoo.com.br](mailto:jaonofrecp@yahoo.com.br)



**Resumen:** Este texto discute el Taller como una herramienta didáctica y facilitadora de una educación para las relaciones étnico-raciales en el campo de la formación docente. Nuestro estudio se caracteriza como un relato de experiencia, cuyo objetivo es discutir el desarrollo del Taller realizado en el ámbito de la Ley 10.639/03, que hace obligatorio la enseñanza de la historia y cultura afro-brasileña y africana en las instituciones educativas públicas y privadas. Después de 21 años de este importante marco legal, nuestras reflexiones pretenden evidenciar las potencialidades de esta actividad como espacio educativo y promotor de aprendizajes, intercambio de conocimientos y también de transgresión epistemológica. Titulado “Práctica Pedagógica: El Prejuicio Silenciado,” el Taller fue el resultado de una propuesta práctica del componente curricular Seminarios Temáticos (STs) de un curso de Especialización en Educación y Relaciones Étnico-Raciales de una universidad en Bahía. Los resultados de la aplicabilidad del Taller demuestran la necesidad de abordar esta discusión en el ámbito de la formación de profesores, así como la urgencia de fomentar el debate desde la perspectiva de una educación antirracista efectiva en el contexto educativo.

**Palabras clave:** Formación docente. Taller pedagógico. Relaciones étnico-raciales.

## Iniciando a conversa

O presente Relato de Experiência (RE) objetiva apresentar de forma sucinta reflexões oriundas da Oficina<sup>2</sup> intitulada “*Prática pedagógica: o preconceito silenciado*”, resultado das discussões advindas do componente curricular Seminários Temáticos do Curso de Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais em uma Universidade estadual baiana. A referida atividade fora ministrada pelo autor deste texto.

Neste manuscrito compreendemos o conceito de Educação das Relações étnico-raciais tal qual apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana ao afirmar que “a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (Brasil, 2004, p. 14). Consideramos relevante pontuarmos a importância dessa definição conceitual de modo a explicitar as escolhas declaradas neste texto. Ademais, urge explicitar as categorias teóricas assumidas para facilitar a compreensão desse debate no âmbito da educação.

No entendimento de Verrangia (2022, p. 496), a “[...] educação das relações étnico-raciais refere-se ao conjunto desses processos educativos que orientam as relações étnico-raciais vividas no contato com as outras pessoas [...]”. Na acepção do autor, tais processos têm como objetivo final o ensino e a aprendizagem. A nosso ver, a educação das relações étnico-raciais pressupõe compromisso com uma educação radicalmente problematizadora e incompatível com os ditames curriculares inflexíveis e colonizadores.

---

<sup>2</sup> Optamos por utilizar a grafia com inicial maiúscula para demarcar a importância dessa atividade no âmbito das aprendizagens construídas e socializadas, tanto pelo mediador quanto pelos interlocutores/participantes da Oficina.

Nessa perspectiva, o desafio apontado por Verrangia (2022, p. 496) presume “[...] construir uma compreensão sobre a educação das relações étnico-raciais que vá além da noção de ‘novos conteúdos’ e de ações pontuais de coibição de discriminações (que são muito importantes) [...]”. A autora destaca acerca do compromisso com a superação dos preconceitos e estereótipos ao mencionar que as práticas educativas escolares devem ser repensadas.

Ainda a respeito do conceito supracitado, Verrangia e Silva (2010, p. 710) destacam que

A educação das relações étnico-raciais refere-se a processos educativos que possibilitem às pessoas superar preconceitos raciais, que as estimulem a viver práticas sociais livres de discriminação e contribuam para que elas compreendam e se engajem em lutas por equidade social entre os distintos grupos étnico-raciais que formam a nação brasileira.

Corroboramos com essa assertiva e inferimos que a educação das relações étnico-raciais se constitui em oportunidade de reelaborar conceitos, repensar atitudes, desmistificar estereótipos, romper com a ideologia colonial e, acima de tudo, transgredir epistemologicamente para propor novas rotas de enfrentamento ao racismo e todo tipo de discriminação. Portanto, conforme as diretrizes, “Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola” (Brasil, 2004, p. 14).

Após 21 anos da promulgação da lei 10.639/03, a pauta antirracista e de valorização do legado do povo negro permanece urgente. Ademais, a partir de um relato de experiência, propomos refletir acerca da potencialidade da Oficina enquanto espaço educativo de aprendizagens, troca de saberes e também de transgressão epistemológica.

A referida Oficina objetivou discutir sobre manifestações de preconceito racial presentes nas salas de aula, assim como debater casos de silenciamento desse preconceito, com base em estudos aprofundados sobre o tema, mostrando que, muitas vezes, esse silêncio é fomentado por educadores/as e educandos/as no interior da escola (Cavalleiro, 2011).

A proposta da Oficina coadunou com as reflexões e discussões dos/as pesquisadores/as do campo que têm provocado e evidenciado a importância do debate acerca da raça no contexto da educação brasileira (Andrade; Bisol, 2021), bem como repensar a formação docente, seja em sua dimensão inicial ou continuada (Trancoso; Lucas; Pinto, 2022) e a necessidade do enfrentamento do racismo no ambiente escolar (Carvalho; França, 2019).

Salientamos que a Oficina possibilitou aos professores participantes um rico momento de reflexão sobre a prática pedagógica, assim como um contato mais efetivo com alguns teóricos das questões raciais, a exemplo de Guimarães (2009), Gomes (2001), Munanga (2003), Munanga e Gomes (2006) e outros. Ademais, o encontro contribuiu

para o coletivo docente priorizar a temática tanto nos momentos de formação pessoal e com seus pares, quanto na sala de aula com os educandos.

Nesse sentido, perspectivamos que uma sólida e qualificada formação docente deve ser uma prioridade, haja vista a Lei 10.639/03 determinar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2003). Urge de todos os indivíduos comprometidos com uma sociedade justa e democrática garantir a efetivação de uma educação equânime e antirracista.

Concordamos com Silva e Cruz (2022, p. 494) ao pontuarem sobre o silenciamento das questões étnico-raciais na formação dos futuros professores da educação infantil, com destaque para o curso de Pedagogia que é responsável pela formação desses profissionais. As autoras aludem que para além do tema das relações étnico-raciais, existe o racismo estrutural que legitima o silêncio nas práticas institucionais.

Embora as autoras acima apresentem resultados de pesquisa cujo objetivo foi analisar as contribuições do curso de Pedagogia para a formação dos/as pedagogos/as quanto à temática étnico-racial a partir das concepções de professores, estudantes e egressos de uma Universidade Federal, podemos estender essa problemática para os professores de outros segmentos, a saber: anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Destacamos que em nossa Oficina tivemos a presença de professores atuantes em diversas etapas de ensino na educação básica. Ante o exposto, consideramos trazer essa discussão para o contexto formativo docente a fim de problematizar e tensionar esse debate no sentido de contribuir para repensar a prática pedagógica no âmbito da educação para as relações étnico-raciais.

Nesta escrita assumimos a definição de Oficina tal qual defendida por Pauli e Simões, 2020, p. 8), “A Oficina pedagógica é uma alternativa que pode ser utilizada como metodologia da prática de ensino, que envolve conhecimento prévio e interesse sobre os saberes que o docente ou coordenador objetiva que sejam construídos e vivenciados [...]”. Ante o exposto, advogamos que a Oficina é uma oportunidade ímpar de compartilhamento de saberes, bem como uma poderosa ferramenta onde se vislumbra a relação teoria e prática no sentido de oportunizar, sobretudo aos participantes, refletir acerca das potencialidades desse espaço na constituição de novas aprendizagens e socialização do conhecimento.

Frigério (2018, p. 109) assevera que a Oficina pedagógica pode ser compreendida como “espaçostempos em que se produzem conhecimentos [...] cotidianos carregados pelos seus sujeitos praticantes e costurados através da investigação, da ação e da reflexão, de forma cooperativa e sempre deixando fios soltos para novos conhecimentos no devir” (p. 109). Com base nessa assertiva, inferimos sobre as diversas contribuições que uma Oficina pode proporcionar, ao tempo que instiga, por meio do debate, da leitura

atenta dos textos, das músicas, filmes e demais recursos didáticos utilizados, bem como da participação ativa e dialógica, a construção do conhecimento dinâmico e qualificado.

Assumimos neste texto a compreensão de uma Oficina como recurso pedagógico poderoso que pode contribuir sobremaneira para um novo entendimento acerca de um determinado tema a ser explorado profundamente. Obviamente que o tempo disponível para a realização dessa proposta se resumiu em 4 horas-aula. Assim, não foi possível detalhar todos os elementos que desejaríamos explorar devido ao pouco espaço neste artigo.

Intitulada “*Prática pedagógica: o preconceito silenciado*” a Oficina trabalhou os temas: silenciamento pedagógico, mito da democracia racial, naturalização dos preconceitos, eurocentrismo, branqueamento e pluralismo cultural. Em face do silenciamento pedagógico, abordou-se sobre as práticas educacionais que não problematizam os conflitos envolvendo as relações étnico-raciais, haja vista que professores, diante de situações preconceituosas relativas à história e cultura africana e afro-brasileira, adotam o silêncio, sem intervir de modo dialógico para eliminar as discriminações vigentes. Nesse aspecto, novamente acionamos Cavalleiro (2011) no sentido de denunciar que o silêncio pedagógico legitima o racismo estrutural, quando este não é denunciado e enfrentado de maneira eficaz no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, a “escola do silêncio” perpetua e reforça os preconceitos e discriminações. O ambiente escolar reflete uma sociedade racista e excludente. Conforme preconizam Marques, Almeida e Silva (2014, p. 48) “o projeto de uma escola democrática e antirracista precisa ressignificar as marcas da colonialidade ainda presentes nos discursos hegemônicos que permeiam o currículo escolar e o fazer pedagógico”. Assim, pensamos que a Oficina, enquanto espaço de formação qualificada, promove e assegura aprofundamento de questões concernentes a temas que nos são caros: racismo, preconceito, discriminação etc.

Assumimos os conceitos mencionados acima fundamentando-nos em Munanga e Gomes (2006, p. 179) e Gomes (2005) que definem o racismo como “um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc”. O racismo é resultado da crença de que existem raças superiores e inferiores, perpetuando a ideologia de hierarquia entre os seres humanos.

Em relação ao preconceito, os autores explicitam tratar-se de um “juízo negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro” (Munanga e Gomes, 2006, p. 181). Já a discriminação significa “distinguir, diferenciar, discernir. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (Gomes, 2005, p. 55). Esses conceitos foram fundamentais para se planejar uma Oficina voltada para a reeducação das relações étnico-raciais, mobilizando junto aos

professores reflexões alusivas ao compromisso com uma educação humanizadora e libertadora.

A finalidade da Oficina não se restringiu em apresentar uma “receita” pronta, mas provocar, fomentar, discutir, problematizar e propor ações que estejam em consonância com a perspectiva de uma educação antirracista, que para acontecer efetivamente necessita do envolvimento e participação de todos, inclusive de educadores, estudantes, funcionários, gestão escolar e família.

Quando não se discute e não se enfrenta as discriminações socioeducacionais, a tendência é naturalizar ações preconceituosas. Desse modo, torna-se “normal” a internalização e reprodução de situações discriminatórias notadamente no ambiente educacional. Acreditamos que nesse aspecto, a escola deve desempenhar um importante papel na construção de uma sociedade mais justa quando reeduca seus atores sociais no horizonte do antirracismo. Nessa perspectiva, a pesquisadora Bárbara Carine Pinheiro nos provoca a sermos educadores antirracistas (Pinheiro, 2023), pois não basta não ser racista, faz-se necessário enfrentar e combater esse fenômeno com a seriedade que lhe compete.

Conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), faz-se necessário uma reeducação das relações étnico-raciais. Isso, a nosso ver, é de suma importância para se compreender as tensas relações entre negros e brancos no Brasil. Mesmo a escola não sendo a única disseminadora das formas de discriminação, da sociedade ela não está apartada e, portanto, reproduz em seu tecido social as manifestações do racismo.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali (Brasil, 2004, p. 14).

Com base no texto das Diretrizes, percebe-se a importância de uma reeducação das relações étnico-raciais, principalmente no âmbito da educação, destacando o importante papel dos professores, estudantes, funcionários, gestores públicos, universidades, Ongs nesse processo. Por não se tratar de uma tarefa exclusiva da escola, todos os atores envolvidos no ato educativo e, também, da sociedade civil devem combater o racismo e lutar por sua eliminação (Brasil, 2004).

Com fins didáticos, organizamos nosso Relato de Experiência em 3 seções. A primeira, composta de uma introdução onde se inicia uma conversa com o/a leitor/a. A segunda apresenta reflexões sobre a Oficina no âmbito da Lei 10.639/03. A seção terceira descreve os conteúdos e estratégias desenvolvidas e, por fim, trazemos as considerações finais com algumas questões para pensarmos a formação docente na perspectiva de um letramento racial a partir dos contributos dos marcos teóricos, legais e normativos.

## **A Oficina Prática pedagógica: o preconceito silenciado em diálogo com a lei 10.639/03**

Em 2024, a lei 10.639/03 (Brasil, 2003) completou 21 anos de promulgada e sua importância no âmbito da educação tem sido evidenciada há mais de duas décadas. O referido marco legal incluiu os artigos 26A e 79B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), instituindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino públicos e privados em todo o território nacional.

Após um ano de promulgada a lei supracitada, em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 que instituem e regulamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em 2008, a LDB é novamente alterada com a Lei 11.645/08 que modifica a 10.639/03 para incluir o ensino da história e cultura indígena como obrigatório.

Concordamos com Coelho e Ferreira (2023, p. 526) ao destacarem: “Estes marcos legais definem a reorientação epistemológica da abordagem sobre a história do Brasil e o lugar da ação dos agentes em relação às manifestações do racismo e da discriminação no âmbito escolar”. Em contrapartida Alves, Teixeira e Santos (2022, p. 461) asseveram que o dispositivo legal é ignorado em diversas redes e instituições públicas de ensino. Há um trabalho sistemático de invisibilização dessa temática no ambiente escolar. Asseveramos que os marcos legais e as diretrizes sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) são documentos norteadores imprescindíveis no sentido de garantir uma educação para as relações étnico-raciais condizente com os propósitos formativos e pedagógicos na esfera da formação docente.

Freitas e Castro (2024, p. 4) corroboram afirmando

Se tratando da formação de professores/as, sobretudo nos cursos de licenciatura, a educação para as relações étnico-raciais se apresenta como dimensão formativa que propõe reparar longos processos violentos da colonização contra a cultura negra e suas populações.

Eis a importância de destacar o arcabouço teórico e normativo das Diretrizes que apontam para a efetivação de uma reeducação das relações étnico-raciais no contexto educacional. Nesse ínterim, é nosso compromisso e responsabilidade enquanto docentes, desconstruir por meio dos discursos e das práticas as narrativas colonizadoras sobre a história e cultura negra.

Destaca-se, nesse processo, o importante papel dos movimentos sociais na consolidação de um marco legal insurgente e contra-hegemônico, questionador do paradigma educacional forjado na concepção colonizadora.

Os movimentos sociais de enfrentamento ao racismo perceberam que, para contar suas histórias, era necessário subverter o paradigma educacional realizado a partir da narrativa dos colonizadores e assim nascem as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que inserem nas diretrizes e bases da educação nacional a obrigatoriedade do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares (Trancoso; Lucas; Pinto, 2022, p. 115).

É pertinente salientar o movimento político e social em torno da aprovação das referidas leis como conquista histórica dos movimentos sociais que há muito tempo reivindicam uma educação voltada para a valorização dos negros e dos povos originários. Sabemos que não foi e não é uma caminhada fácil. As forças conservadoras e reacionárias contrárias a todo e qualquer tipo de movimento pelo reconhecimento e inclusão de grupos sociais antes invisibilizados, marginalizados e excluídos da cena social, não admitem a presença desses sujeitos como protagonistas de suas histórias e trajetórias, assim como produtores de cultura e conhecimento.

Fruto de incansável luta do movimento social negro por uma educação equânime, justa e inclusiva, a lei é uma importante política de ação afirmativa no contexto de reparação e reconhecimento do legado da população negra, assim como de sua contribuição para a construção da nação brasileira. As ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas de caráter reparativo com vistas à promoção de populações historicamente discriminadas e ao combate à discriminação. As políticas de ação afirmativa para o povo negro buscam corrigir distorções para promover a igualdade. Conforme Pimenta (2020, p. 2), são “Uma política de educação do Estado brasileiro na intenção de uma História plural, não mais uma única história a história hegemônica europeizada”.

Trancoso, Lucas e Pinto (2022, p. 115), destacam que

A inserção dessas políticas afirmativas, concebidas por conflitos e lutas de grupos sociais subjugados, atravessam os processos escolares e revelam uma tomada de consciência do Estado em relação à contribuição de outras bases epistemológicas e culturais, no que tange às questões étnico-raciais, fundantes da constituição do nosso povo e, por muitas vezes, inferiorizadas

Sobre esse aspecto, trazemos a contribuição de Gomes (2012) ao questionar o currículo, propondo sua descolonização, isto é, faz-se necessário encarmos esse desafio, pois há muito tempo já denunciávamos, conforme Gomes,

A rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012, p. 102).

Ademais, o movimento de descolonização do currículo e, sobretudo de uma educação tradicional e hegemônica, tem ganhado força e importância no âmbito das novas epistemologias que surgem para questionar o conhecimento eurocêntrico. Essa nova emergência contracolonial tem se destacado e “Os ditos excluídos começam a reagir de forma diferente: lançam mão de estratégias coletivas e individuais, articulam-se



em rede” (Gomes, 2012, p. 102). Essa articulação coletiva depõe contra toda e qualquer mordaza epistemológica que impede os grupos excluídos de avançarem no campo epistemológico.

Consideramos imprescindível contextualizar esse cenário de lutas e conquistas com vistas a destacar as investidas dos movimentos sociais para assegurar educação de qualidade para a população negra, historicamente excluída do acesso a bens e serviços, inclusive educacional. Ante o exposto, a partir dessas premissas, pensamos a Oficina objetivando contribuir a fim de que os interlocutores compreendessem a necessidade de conhecer os marcos legais e, principalmente, aplicá-los em seus planejamentos de aula e práticas pedagógicas. Baseamo-nos nas reflexões teóricas advindas de um pensamento crítico e analítico da realidade social e especialmente da educação como prática da liberdade, como dizia Freire (1967).

Dessa maneira, percebemos a necessidade de aprofundar os estudos na área, desmistificar tabus relacionados à população negra, valorizar e reconhecer a trajetória dos negros e, principalmente, denunciar o racismo e suas manifestações nos diversos espaços, sejam formais ou informais, atentando para ações propositivas que resultem em algo concreto, de fato. Ademais, o racismo precisa ser combatido e as instituições escolares exercem importante papel nesse processo, haja vista serem responsáveis pela formação humana e cidadã dos estudantes e demais atores.

Na esfera educacional, constata-se pouca preocupação em discutir a questão étnico-racial. Esse desinteresse ou até mesmo postura assumida de muitos agentes educacionais contribui para a manutenção das discriminações. Em sua obra *A Cor Ausente*, Coelho (2006) analisa o lugar que a questão racial ocupa na formação docente. A ausência da cor já demonstra a cruel realidade da invisibilidade dos corpos negros nos espaços escolares. Coelho, Silveira e Brito (2023, p. 5) destacam que “A falta de reflexão sobre a questão étnico-racial tem promovido a reprodução da discriminação e do preconceito nas instituições de educação básica. Essa é uma premissa já amplamente debatida pela literatura especializada” (Coelho; Silveira, Brito, 2023, p. 5).

Essa realidade nos motivou sobremaneira a propor um momento de reflexão acerca dos dispositivos legais relativos à educação para as relações étnico-raciais na formação de professores. Presenciamos no âmbito da educação a falta de compromisso de algumas instituições escolares tanto na esfera básica quanto superior em trazer para o centro do debate o acesso e o direito a uma educação de qualidade para a população negra desse país. Na próxima seção, descrevemos resumidamente os conteúdos e estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas na referida Oficina.

### **Conteúdos e estratégias desenvolvidas na Oficina Prática pedagógica: o preconceito silenciado**

Compreender a Oficina como um espaço formativo, especialmente no que tange a uma educação para as relações étnico-raciais e a formação docente é de fundamental importância, haja vista que momentos dessa envergadura precisam acontecer continuamente. Realizamos a Oficina no dia 13 de outubro de 2018 e seu planejamento constituiu-se em um momento crucial. Concernente ao tempo, fora organizada com uma carga horária de 04h/aula no turno matutino, das 08h às 12h com apenas um intervalo. Os/as professores/as participantes eram vinculados à educação básica e atuavam em diversas áreas de conhecimento, Filosofia, Geografia, História, Língua Portuguesa, Sociologia. Desse modo, conseguimos obter um panorama dos interlocutores e com eles dialogar considerando também as especificidades de cada componente curricular.

Embora essa dinâmica de dialogar com as áreas de conhecimento seja extremamente importante, devido ao tempo não conseguimos avançar de forma aprofundada em cada demanda apresentada pelos professores em relação, por exemplo, ao trabalho com os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana em suas respectivas aulas. Ante o exposto, consideramos fundamental que tais diálogos ocorram sistematicamente com o coletivo docente na educação básica, visando instrumentalizá-los em relação a lei 10.639/03, bem como apontar estudos, pesquisas e experiências de projetos que têm dado certo no âmbito de uma educação antirracista. Obviamente que em uma Oficina, em um curto espaço de tempo, não se consegue abarcar todas as questões e problemas apresentados.

Paviani e Fontana (2009), ao se referirem a uma Oficina pedagógica destacam a dimensão da prática, da ação e do fazer, sem perder de vista a base teórica. A Oficina, nesse sentido, se constitui em grande oportunidade para se vivenciar momentos concretos e significativos de aprendizagem, sempre com objetivos pedagógicos. Nessa perspectiva, nossa Oficina priorizou a dimensão teórica, mas também prática, oportunizando reflexões e construção do conhecimento. No que se refere à finalidade de uma Oficina, as autoras apontam duas finalidades. A primeira é a articulação dos conceitos com ações concretas vivenciadas pelos participantes e a segunda em relação à apropriação ou à construção coletiva de saberes, bem como o trabalho em equipe (Paviani; Fontana, 2009, p. 78).

O objetivo da Oficina esteve associado ao desejo do ministrante em aproximar os conteúdos relativos às questões raciais ao contexto e aos saberes dos professores participantes. Por isso, o conteúdo da Oficina foi pensado e estruturado de maneira que conduzisse os educadores a uma familiaridade com os objetivos da Oficina e também que possibilitasse aos mesmos a oportunidade de construir juntos propostas de como trabalhar a temática em suas unidades escolares de origem.

Desse modo, a lei 10.639/03 foi o mote para a organização da Oficina, sendo pensada a partir das discussões advindas do curso de especialização mencionado anteriormente. Ademais, não somente a referida lei fora explorada, mas também as Diretrizes que apontam caminhos efetivos de aplicação da lei no currículo e nas práticas

pedagógicas. Portanto, o interesse por ministrar uma Oficina com esse tema adveio do elemento prático do curso sendo direcionada para um público específico, ou seja, os professores da educação básica que não conheciam e/ou não trabalhavam em suas aulas os conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana.

No início da Oficina, o professor mediador propôs uma dinâmica de apresentação onde cada professor/a falaria seu primeiro nome, destacando apenas as vogais contidas nele. Em seguida, era convidado/a cantar uma melodia de sua escolha com as vogais do seu primeiro nome. Assim, sucessivamente, cada participante se apresentou, inclusive o mediador. Logo após a dinâmica de apresentação, que favoreceu um clima de inteira descontração entre os/as professores/as, o mediador explicou para o grupo presente os objetivos da Oficina. A rápida conversação foi fundamental para deixar os/as professores/as à vontade com os próximos passos de desenvolvimento da Oficina.

Os participantes receberam, em um primeiro momento, uma folha avaliativa contendo duas questões de importância ímpar para a compreensão do que estava sendo proposto para reflexão do tema. São elas: a) *O que digo do preconceito racial?* b) *O que o preconceito racial me diz?* Com essas interpelações os/as professores/as foram convidados/as a colocar em uma folha de papel, distribuída para tal fim, as impressões sobre a temática. Com isso, conseguiu-se uma efetiva participação dos/as professores/as nessa atividade, aguardando-se posteriormente um significativo entrosamento do grupo com questões norteadoras para o debate.

Após a apresentação das colaborações escritas pelos/as professores/as, exibiu-se o documentário “*Você faz a diferença*”, de aproximadamente vinte e cinco minutos (25), seguido de debate. O documentário explicita a discussão sobre racismo e preconceito na sociedade brasileira e traz as falas de professores e estudantes acerca da diversidade e respeito às diferenças. Após a exibição do documentário, o mediador buscou dialogar com os participantes sobre situações narradas no documentário. No primeiro momento, poucos argumentaram. Em seguida, houve uma maior interação.

Os integrantes relataram sobre práticas pedagógicas que silenciam perante os preconceitos étnico-raciais, bem como a adoção de ações educacionais que valorizam as tradições europeias em detrimento de outras matrizes culturais. A valorização da epistemologia negra pressupõe reconhecer o legado e a contribuição da cultura afro-brasileira e africana para o desenvolvimento da nação brasileira. Nesse aspecto, revozeamos o que Gomes (2020, p. 227) salienta quando afirma:

No campo político, cultural, pedagógico e epistemológico é que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade. Ela nos remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais (Gomes, 2020, p. 227).

Conforme a autora, descolonizar o currículo não é tarefa fácil, pois encontra forte oposição (Gomes, 2020). Essa oposição retrata as investidas ultraconservadoras, neoliberais e excludentes de setores do campo educacional e políticos, ávidos por minar

qualquer tentativa de uma educação emancipadora voltada para a criticidade, garantia dos direitos e cidadania dos grupos socialmente excluídos, incluindo os negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAP+, crianças, jovens, idosos etc.

Nesse sentido, o documentário proposto revela as tensões existentes no campo da diversidade e das diferenças. A dinâmica de debate possibilitou a cada professor/a oportunidade de explicar sobre o que lhe chamou mais a atenção no documentário, trazendo para a discussão do grupo questões atuais e pertinentes sobre o preconceito racial e seu silenciamento nas instituições educacionais. Os/as professores/as tiveram cerca de trinta minutos para a execução da atividade.

No segundo momento, o professor mediador explicou a temática utilizando slides e dividindo o assunto por tópicos, no intuito de facilitar a discussão. Solicitou-se aos participantes que sistematizassem o tema da Oficina. O professor oficinairo abordou desde as relações histórico-culturais envolvendo os temas do racismo e preconceito racial até a legislação brasileira que trata do tema.

Ao sistematizar o tema *“Prática pedagógica: o preconceito silenciado”* pôde-se perceber um processo de integração e interação em relação ao mediador, visto que os participantes não estavam dispersos e, após a exposição teórica, deram exemplo de preconceitos étnico-raciais que se encontram presentes nas nossas vivências socioeducacionais e, também, nas salas de aula, fazendo correlações com o que fora exposto. Para essa atividade os participantes foram divididos em grupos de discussão e após o tempo estabelecido para o debate, cada grupo sistematizou e apresentou as considerações acerca da temática.

Os/as professores/as participantes, depois de acompanharem a explicação teórica do professor mediador, problematizaram questões com base nas situações-problema sugeridas para reflexão e retiradas do livro *“Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”*, da Pedagoga e pesquisadora Eliane Cavalleiro (2011). Cada professor/a colaborou com as opiniões, vivências e narrativas experienciais, imprescindíveis para o enriquecimento da temática.

O professor mediador aplicou a dinâmica do *“fala sério”* e *“com certeza”*, onde um professor que se habilitava a participar retirava de uma pequena caixa uma pergunta surpresa ou afirmação. As perguntas e/ou afirmações tinham relação com o conteúdo da Oficina e objetivavam recapitular e revisar questões e conceitos relacionados aos assuntos trabalhados. O grupo respondia, conforme discussão fomentada anteriormente, se a questão se encaixava na categoria *“fala sério”* ou *“com certeza”*.

Por fim, o mediador distribuiu uma mensagem final de autoria de Nelson Mandela, com o objetivo de auxiliar os/as professores/as na reflexão da prática pedagógica e na busca de novos conhecimentos sobre a temática racial, principalmente no ambiente escolar. Seguiram-se os agradecimentos encerrando o momento com a música de Chico César, *“respeitem meus cabelos, brancos!”*.

Destacamos como questão mobilizadora dos trabalhos desenvolvidos com os/as professores/as repensar a prática pedagógica e sua positiva efetivação. Como educadores/as, estamos priorizando a temática racial em nosso planejamento? No currículo? Nas atividades com os/as alunos/as? E a nossa identidade racial? Como está sendo refletida? Essas interpelações ajudaram os/as educadores/as a se situarem e reavaliarem estratégias utilizadas para se trabalhar questões referentes ao preconceito racial em sala de aula.

É válido salientar o quanto os/professores/as encontravam-se interessados/as por esses debates, mesmo sabendo que são poucos os que de fato levam essas discussões para a escola. A Oficina possibilitou um efetivo encontro com indignações muitas vezes silenciadas na própria escola. Acreditamos que o fato de termos fomentado um debate sobre a prática pedagógica e o silenciamento do preconceito racial em sala de aula, os educadores/as foram auxiliados/as a compreender os malefícios do racismo na escola e na sociedade.

Ao tratar da temática racial em sala de aula, constatou-se a necessidade de se resgatar elementos importantíssimos da cultura africana tais como a dança, a música, a corporeidade, os conhecimentos científicos produzidos pelo povo negro e, sobretudo, desmistificar a imagem equivocada de uma África relacionada a miséria, fome, desgraças e ausência de humanidade. A memória, a ancestralidade, constituem em afirmações de valores e tradições, riqueza cultural dos africanos.

A busca por soluções imediatistas afasta-nos do contato com o transcendente e com o outro. Só conseguimos conhecer, sentir o outro, quando conhecemos a nós mesmos. O sentido da nossa existência está na aceitação de que somos da forma que somos, extrapolar as fronteiras do pragmatismo, do egoísmo e abrir-se ao novo, ao diferente torna-se fundamental para acolhermos as diferenças e praticarmos a alteridade.

Por meio das discussões conduzidas em sala de aula, fica claro que o povo negro ainda sofre preconceitos e discriminações que objetivam diminuí-lo e inferiorizá-lo. Os textos analisados criticamente na Oficina trouxeram pistas e direcionamentos para a temática étnico-racial na formação de professores, primando pela compreensão de uma educação como propiciadora de novas relações sociais. É no espaço escolar onde se deve existir o diálogo e o respeito ao diferente.

Acreditamos que professores, coordenadores, funcionários, estudantes, têm um papel singular a desempenhar na escola, colaborando para a eliminação de práticas discriminatórias oriundas dos meios de comunicação, da conversa entre amigos, da leitura de revistas e jornais, enfim, das informações equivocadas e infundadas sobre a cultura afro-brasileira. O racismo e a discriminação, provenientes de ideias pré-concebidas a partir do imaginário popular, concebidos com base em informações errôneas e distorcidas contribuem para a proliferação do preconceito nos mais diversos ambientes, principalmente o escolar.

A instituição escolar constitui em lugar privilegiado para ressignificar as práticas pedagógicas contribuindo para o reconhecimento, resgate e fortalecimento da identidade negra. Para que isso ocorra, é indispensável o conhecimento da História da África, assim como de sua cultura e contribuição para a formação da sociedade brasileira.

Em relação à avaliação da Oficina, pensamos em algumas mudanças no que tange ao tempo de execução e as atividades propostas, por exemplo, mais trabalhos em grupo visando maior integração dos participantes, assim como maior carga horária a fim de viabilizar na prática o cumprimento de todo o planejamento.

A Oficina foi encerrada com um convite do mediador aos professores no sentido de pensarem suas práticas pedagógicas, pautadas numa perspectiva antirracista, democrática e inclusiva, fortalecendo os laços com a ancestralidade, a história e cultura afro-brasileira e africana, num compromisso ético e político com uma educação libertadora, resistente, insurgente e transgressora.

Tendo em vista o que explicitamos acima, concluímos que a temática do preconceito racial no espaço escolar não pode ser omitida, pois consideramos fundamental que os/as educadores/as estimulem essa discussão em suas escolas, assim como em outros espaços educativos, conclamando a todos a lutarem por uma sociedade mais justa, solidária e sem preconceitos.

## **Considerações finais**

Nosso Relato de Experiência objetivou discutir o potencial da Oficina como espaço formativo, pedagógico e dialógico voltado para a educação para as relações étnico-raciais no campo da formação de professores. Salientamos a importância dessa ação na medida em que possibilita repensar as práticas pedagógicas, notadamente dando destaque às que se voltam para a valorização da história de cultura afro-brasileira e africana e para uma educação antirracista.

Percebeu-se com a aplicação da Oficina *Prática pedagógica: o preconceito silenciado* que a reflexão sobre o preconceito racial nas salas de aula é de suma importância para que os/as professores/as reconheçam o caráter emergencial de tal iniciativa. Os/as professores/as, gestores, funcionários, bem como as famílias precisam discutir e perceber que essas discriminações acontecem nas salas de aula, muito próximo de cada um de nós. Não podemos continuar acreditando que o racismo não existe em nossa sociedade, pois tal crença inviabiliza novas discussões sobre as tensas relações raciais presentes no cotidiano escolar. Para isso, exige-se uma postura ética e política, de denúncia e indignação diante de casos omissos e muitas vezes explícitos.

Concernente ao aproveitamento da Oficina pelos participantes, destacamos uma maioria comprometida com o tema das relações étnico-raciais. Isso nos motivou significativamente no sentido de pensar nas próximas Oficinas considerando outros

temas emergentes e urgentes no campo da formação de professores que contemplem temas do escopo das relações raciais.

Muitas foram as contribuições dos participantes. Embora existam divergências teóricas, o que é salutar em todo espaço de discussão, todos concordaram que avaliar a prática pedagógica e metodologias de ensino, bem como o silenciamento do preconceito racial nas salas de aula é uma urgência atualmente, principalmente numa sociedade globalizada, onde somos conclamados a refletir acerca da importância da nossa docência. Fica então a dica para outros pesquisadores continuarem realizando e fomentando Oficinas dessa natureza.

## Referências

ALVES, Luciana; TEIXEIRA, Daniel; SANTOS, Winnie Nascimento dos. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, p. 450–465, 2022. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4897/4150>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ANDRADE, Genilsa Soares de; BISOL, Benedetta. Relações étnico-raciais: uma temática transversal para a formação de professores. Estudo exploratório sobre Instituições de Ensino Superior na região Centro-Oeste. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 34, p. 93–118, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4465/4327>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_d\\_e\\_historia\\_e\\_cultura\\_afro\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_d_e_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2024.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educação & Formação**, v. 4, n. 12, p. 148–168, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/974/1313>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; FERREIRA, Anne de Matos Souza. A EREER na educação básica: o trato com a diversidade cultura em uma escola paraense (2014-2020). **Interfaces da Educação**, v. v. 13, n. n. 39, p. 525–546, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6082/5507>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVEIRA, Maria Luiza Nunes da; BRITO, Nicelma Josenila Costa de. O curso de licenciatura em pedagogia do IFPA: contribuições para a formação inicial de professores (as) para a educação das relações étnico-raciais. **Revista Amazônica**, v. 8, n. 1, 2023. DOI: 10.29280/rappge.v8i1.11529. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/11529>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Tiago Moraes de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. Formação docente na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais : a insurgência contemporânea de uma aprendizagem da docência antirracista. **Educação em Foco**, v. ano 27, n. 51, p. 1–31, 2024. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/7095/5081>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FRIGÉRIO, Regina Célia. **Oficinas pedagógicas de geografia: costurando narrativas de experiências da vida docente**. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1063933>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62 (Coleção Educação para Todos).

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; ALMEIDA, Fernanda Alexandrina de; SILVA, Wilker Solidade. A percepção do preconceito e da discriminação racial no ambiente escolar. **Interfaces da Educação**, v. 5, n. 14, p. 47–67, 2014. Disponível em:



<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/461>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 5, p. 17-33, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, v. 14 maio/ag, n. 2, p. 77–88, 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PIMENTA, Joseilma Santos. A importância de uma política de ação afirmativa na educação brasileira: a lei 10.639/03. **ANAIS do Seminário Sul-mato-grossense em Educação, Gênero, Raça e Etnia**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/mseducacaogeneroracaetnia/article/view/6767>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

PAULI, Marieli Maria; SIMÕES, Bruno dos Santos. A oficina pedagógica como possibilidade para ensinar Geografia nos anos iniciais: um olhar para o lugar. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1–19, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5184/4376>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Bárbara Rainara Maia.; CRUZ, Silvia Helena Vieira. Educação das relações étnico-raciais na formação docente: o curso de Pedagogia da UFC em foco. **Debates em Educação**, v. 14, p. 492–516, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12666/9671>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha; LUCAS, Juliana Melo Rodrigues; PINTO, Antonio Henrique. Formação de professores: (re)construindo sentidos e fazeres na educação para as relações étnico-raciais. **Revista Teias**, v. v. 23, n. n. 71, p. 113–128, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/70211/43958>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educacao e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 705–718, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wqb8HvXMVG8C8KD7hKn5Tms/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

VERRANGIA, Douglas. A educação das relações étnico-raciais: uma proposta teórico-metodológica para a desconstrução de estereótipos na educação em Ciências e Biologia. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 15, nesp.2, p. 492–512, 2022. DOI: 10.46667/renbio.v15inesp2.782. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/782>. Acesso em: 2 jul. 2024.

\*\*\*

Recebido: 24.04.2024

Aprovado: 12.07.2024

Publicado: 24.07.2024